

Análise dos Cadernos sobre Educação Alimentar e Nutricional voltados aos Serviços Socioassistenciais

Analysis of Food and Nutrition Education Books oriented to Socio-assistance Services

Letícia Simon¹
Maurem Ramos²
Roger dos Santos Rosa³

¹ Fundação de Assistência Social – Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS, Caxias do Sul-RS, Brasil.

² Departamento de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, Brasil.

³ Departamento de Medicina Social, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, Brasil.

Correspondência / Correspondence

Letícia Simon

E-mail: eti_nutricao@yahoo.com.br

Resumo

Contexto: A Educação Alimentar e Nutricional tem importante papel na promoção da saúde por meio da mudança do comportamento alimentar. Diante disso, vem sendo incorporada como estratégia nas políticas públicas brasileiras de diversos setores. Os serviços socioassistenciais visam à redução de riscos e vulnerabilidade, bem como à promoção de direitos, configurando espaços com potencial para o processo educativo. *Objetivo:* Analisar criticamente, à luz de Paulo Freire e na perspectiva de material educativo/didático, os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional voltados aos serviços socioassistenciais, identificando a dimensão teórico-metodológica na sua construção, aplicabilidade de conceitos e informações abordados, a responsabilidade pela implementação do processo de Educação Alimentar e Nutricional e verificando sua estrutura e redação. *Resultados:* Após análise dos Cadernos, verificou-se que (i) a fundamentação teórico-metodológica a ser seguida não é mencionada e, embora façam alusão a Paulo Freire, as atividades propostas não estão de acordo com os conceitos pressupostos por este; (ii) a redação apresenta falhas com relação à norma escrita e ao uso de referências; (iii) o profissional responsável pela execução das ações não está indicado. *Conclusão:* A publicação de orientações para o processo de Educação Alimentar e Nutricional é fundamental, mas deve ter fundamentação teórico-metodológica clara e concisa para, de fato, contribuir com a mudança autônoma e voluntária do comportamento alimentar.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Assistência Social. Promoção da Saúde. Segurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas.

Abstract

Context: Food and Nutrition Education plays an important role in promoting health through changing eating behavior. Given this, it has been incorporated as a strategy in the Brazilian public policies of several sectors. Social-welfare services aim at reducing risks and vulnerability, as well as promoting rights, configuring spaces with potential for the educational process. *Objective:* To analyze critically, in the light of Paulo Freire and in the perspective of educational / didactic material, the Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional [Food and Nutrition Education Reports] focused on social-welfare services, identifying the theoretical and methodological dimension in its construction, applicability of concepts and information addressed, by implementing the Food and Nutrition Education process and verifying its structure and writing. *Results:* After analyzing the Cadernos, it was verified that (i) the theoretical-methodological basis to be followed is not mentioned and, although they allude to Paulo Freire, the proposed activities are not in agreement with the concepts presupposed; (ii) the writing presents flaws in relation to the written standard and the use of references; (iii) the professional responsible for carrying out the actions is not indicated. *Conclusion:* The publication of guidelines for the Food and Nutrition Education process is fundamental, but it must have a clear and concise theoretical and methodological basis to, in fact, contribute to the autonomous and voluntary change of eating behavior.

Keywords: Food and Nutrition Education. Social Assistance. Health Promotion. Food and Nutrition Security. Public Policies.

Introdução

A alimentação é uma necessidade básica do ser humano e sua adequação é essencial para a saúde e qualidade de vida do indivíduo. Não só o acesso a alimentos saudáveis é fundamental, mas também a compreensão da importância da boa nutrição.¹

O ser humano vive levado por seus desejos, paixões e prazer. Ao alimentar-se, muitas vezes sua escolha não é pela boa nutrição, pois humanos comem comida, e não nutrientes.² O paladar, o gosto, a textura dos alimentos/comidas é fundamental nas escolhas que são feitas, embora se saiba que o acesso físico e financeiro se encontra na base deste comportamento.³

A alimentação, além de sua função biológica e fisiológica de saciar a fome, é um ato social, e representa “crenças, conhecimentos e práticas herdadas e/ou aprendidas” de uma dada cultura ou grupo social. Alimentação baseada em escolhas que, socialmente compartilhadas, estruturam o ato alimentar, firmam-se em regras, em categoria e impedimentos.⁴

Conforme consta no *Guia Alimentar para a População Brasileira*,⁵ entende-se que a alimentação pode ser considerada saudável quando existe viabilidade para combinações de alimentos, de preferência *in natura*. Tal combinação deveria respeitar a cultura e fomentar um “sistema alimentar social e ambientalmente sustentável”, e não o modelo produzido cientificamente, com verdades “sempre provisórias” até serem substituídas por outras.⁶

O conceito de “Promoção de Saúde” concebido na Carta de Ottawa, de 1986, afirma que esse processo deve desenvolver as habilidades dos indivíduos em reconhecer suas necessidades e fazer escolhas que conduzam à saúde, sendo a alimentação e a educação duas das condições para seu alcance.⁷

A Educação Alimentar e Nutricional pode ser entendida como a combinação de estratégias educativas que visam à adoção voluntária de escolhas alimentares e outros comportamentos relacionados à alimentação e à nutrição que conduzam à saúde e ao bem-estar.⁸ É vista ainda como estratégia para valorização da alimentação, de modo a respeitar, mas também modificar, crenças, valores, atitudes, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, permitindo o acesso a uma alimentação adequada que proporcione saúde, prazer e convívio social.⁹

Em 2012, foi publicado o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*, com o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática nas ações de Educação Alimentar e Nutricional adotadas nas políticas públicas, de modo a contemplar todos os setores envolvidos na produção, na distribuição, no abastecimento e no consumo de alimentos.¹⁰ E em 2014, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, publicou os *Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais*, com o objetivo de subsidiar o trabalho dos profissionais dos serviços socioassistenciais ao abordar o processo da Educação Alimentar e Nutricional.^{11,12}

Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam ao atendimento da população para melhoria da sua qualidade de vida, com ações voltadas às necessidades básicas do indivíduo.¹³ Tais serviços devem oferecer um conjunto de seguranças para redução de riscos e vulnerabilidade, entre eles a segurança do convívio, por meio de trabalhos socioeducativos que fortaleçam os vínculos sociais, e a segurança de autonomia, que visa ao desenvolvimento de habilidades para que o indivíduo tenha condições de fazer suas escolhas.¹⁴

Considerando que tais serviços visam à prevenção de riscos e ao acesso a direitos sociais, o uso da Educação Alimentar e Nutricional nesses locais pode contribuir com a consecução do Direito

Humano à Alimentação Adequada, sendo possível seu desenvolvimento em grupos específicos ou intergeracionais, de modo a promover reflexão para o estímulo de práticas alimentares saudáveis no contexto familiar.¹¹ Entretanto, as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais são socialmente vulneráveis, resultado da desigualdade social. Além disso, não é possível pensar em um modelo homogêneo de famílias, o que dificulta intervenções de Educação Alimentar e Nutricional pensadas longe da realidade vivida e sentida. Defende-se, assim, a construção de planejamento para este processo com base no reconhecido educador Paulo Freire, de forma participativa com o público-alvo.¹⁵

Diante disto, o presente trabalho teve como objetivo analisar criticamente, à luz de Paulo Freire e na perspectiva de material educativo/didático, os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional voltados aos serviços socioassistenciais. Buscou-se identificar a dimensão teórico-metodológica em construção, a aplicabilidade de conceitos e informações abordados, a responsabilidade pela implementação do processo de Educação Alimentar e Nutricional, verificando-se ainda sua estrutura e redação.

Metodologia

Foi realizado um estudo qualitativo na perspectiva da análise documental. Esta se refere ao exame de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reexaminados na busca de interpretações novas ou complementares. São considerados documentos os materiais escritos (jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, etc.), as estatísticas e os elementos iconográficos.¹⁶

Segundo Poupart et al.,¹⁷ uma análise preliminar do documento-alvo deve observar aspectos relativos ao contexto no qual foi produzido, seus autores e a confiabilidade, a natureza e os conceitos-chave do texto. Após esta análise preliminar, o pesquisador poderá interpretá-lo de forma coerente, com base na temática ou no questionamento inicial. No estudo em questão, foram analisados de forma crítica os Cadernos (denominados de Teórico e de Atividades) de Educação Alimentar e Nutricional voltados aos serviços socioassistenciais publicados pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Levantaram-se questionamentos sobre a construção dos conceitos-chave e das informações constantes no “caderno teórico” e a concepção teórico-metodológica de Freire na aplicabilidade desta informação. Discutiu-se a responsabilidade pela implementação das ações de Educação Alimentar e Nutricional propostas e verificou-se estrutura e redação do texto apresentado.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Na análise preliminar do documento, causou surpresa a falta de autoria do mesmo, surgindo o inconveniente de como referenciá-lo. O contexto de “elaboração” menciona como fonte “sugestões” de “cerca de 220 pessoas” via consulta pública, sem esclarecer a metodologia utilizada.

Para Andreola,¹⁸ no entendimento de Paulo Freire, a interdisciplinaridade é considerada muito importante na construção de material educativo, sem se opor à tecnologia - no caso, a utilização de consulta pública via web. No entanto, esta construção deve seguir a mesma metodologia de temas geradores, ou seja, via processo de investigação, sendo depois colocado ao crivo da consulta pública, o que não pode ser afirmado que ocorreu.

O material educativo apresenta, de modo geral, conceitos que remetem à transmissão de conhecimento típico do que Freire¹⁵ conceituou como concepção bancária de educação. No caderno com sugestões de atividades, as dinâmicas de grupo propostas geram ilusão de construção do conhecimento com a participação do público-alvo do processo de Educação Alimentar e Nutricional.

Esta visão de processo educativo não causa estranhamento, visto que a Educação Alimentar e Nutricional concebida por muitos nutricionistas ainda se mantém ancorada na pedagogia tradicional, apesar da produção científica orientando o modelo educativo para uma pedagogia crítica representada pelo pensamento de Paulo Freire.¹⁹ Da mesma forma, segundo Lima & Carlotto,²⁰ os assistentes sociais, na sua prática de ações socioeducativas, “ainda estão pautados na transmissão de informações e orientações sem a participação da população atendida na definição e escolha do conteúdo programático”.

Na apresentação do caderno dito “teórico”, está registrado que as contribuições, via sugestões por consulta pública, aprimoraram o conteúdo e possibilitaram o planejamento e a organização de atividades do processo de Educação Alimentar e Nutricional. Estas duas questões, se executadas na metodologia de temas geradores, seriam o resultado de levantamento da realidade dos profissionais a quem se destina o material educativo, do mesmo modo em relação ao planejamento e organização do processo, dos quais devem participar dialogicamente as famílias que são alvo das ações.¹⁵

Sem o devido entendimento das necessidades, dificuldades e concepções dos profissionais a quem se destina o material educativo, as informações apresentadas podem ser insuficientes para subsidiar os mesmos nas atividades a serem planejadas e executadas junto ao público-alvo, incluindo, principalmente, a falta de orientação teórico-metodológica para a operacionalização dos grupos socioeducativos.

Informações e atividades propostas

No Caderno Teórico, Capítulo 1, Parte 1, intitulada “O Direito Humano à Alimentação Adequada”, o texto apresenta uma interpretação resumida dos conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional (uma página). Relacionada a este tema, a primeira atividade proposta no Caderno de Atividades consiste em uma reflexão sobre os direitos sociais básicos conhecidos pelos participantes, com destaque ao Direito Humano à Alimentação Adequada. A atividade prevê que o condutor auxilie os participantes a construir um conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada, e na discussão de situações do cotidiano, que exemplifiquem o acesso ou não a este direito.

Considerando a atribuição dos serviços socioassistenciais, de promover o acesso dos indivíduos aos direitos sociais,²¹ a atividade proposta é importante para auxiliar os participantes a conhecer seus direitos. No entanto, questiona-se: o conhecimento dos direitos é o suficiente para modificar a realidade das famílias em insegurança alimentar e nutricional? Em que momento o material educativo problematiza com as famílias como assegurar a garantia dos seus direitos?

Na Parte 2, intitulada “Educação Alimentar e Nutricional – EAN”, o Caderno Teórico traz a conceituação de Educação Alimentar e Nutricional e os princípios que devem ser observados nas suas ações, de acordo com o previsto no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas.

O conceito adotado pelo Marco e pela publicação em questão afirma que a Educação Alimentar e Nutricional “é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”. No entanto, essa publicação não discute tais conceitos.

Com relação aos princípios para as ações de Educação Alimentar e Nutricional, o Caderno transcreve na íntegra oito dos nove princípios descritos no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas.¹⁰ A descrição dos princípios traz apenas uma breve explicação, sem mencionar como podem ser desenvolvidos e qual a fundamentação teórico-metodológica a ser adotada para sua implementação.

O nono princípio do Marco de Educação Alimentar e Nutricional, não mencionado no Caderno Teórico, refere-se justamente ao processo de planejamento, avaliação e monitoramento das ações, com vistas à identificação de prioridades e elaboração de estratégias adequadas, mas também não define método para sua consecução.

Segundo Santos,²² tanto na literatura acadêmica quanto nos documentos de referência de políticas públicas, há poucas referências sobre embasamento teórico, metodológico e operacional para as ações de Educação Alimentar e Nutricional.

Com relação ao princípio da intersetorialidade, o Caderno Teórico relaciona algumas ações e programas de outros setores governamentais com os quais podem ser realizadas parcerias. Há uma rápida explicação de alguns programas da área da saúde e educação, sendo necessária a busca de informações em outros locais para maior aprofundamento sobre seu funcionamento. Dos programas relacionados à área de Segurança Alimentar, apenas o Programa de Aquisição de Alimentos é citado, em detrimento dos demais, tais como Banco de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, que deveriam ser de conhecimento, para possível encaminhamento de demandas.

De forma articulada, a intersetorialidade permite a troca de saberes e fazeres, ampliando a abordagem da problemática social em seu caráter complexo e multidimensional. Entretanto, é necessário que exista vontade política dos setores para que de forma planejada viabilize a articulação necessária. Não se trata de vontade pessoal, de forma individualista esta busca de saberes e fazeres do outro, da forma como colocada nos cadernos ora em análise.²³

Na Parte 3, intitulada “A alimentação adequada e saudável na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional”, o texto aborda brevemente as mudanças no consumo alimentar da população brasileira (uma página). Não há explicação sobre o que, de fato, seria uma alimentação saudável e como poderia ser alcançada. Assim, o conteúdo do texto não condiz com o título.

O *Guia Alimentar para a População Brasileira* afirma que a alimentação envolve não só a ingestão de nutrientes, mas também os alimentos fonte de nutrientes, como são combinados entre si e preparados, o modo de comer e características culturais e sociais das práticas alimentares. Também preconiza que recomendações para promoção da alimentação adequada e saudável devem estar de acordo com o cenário alimentar e as condições de saúde da população, e levar em conta os impactos das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente.⁵

A Parte 3 também traz um pequeno subtítulo de três parágrafos, que trata dos alimentos transgênicos. Observa-se que não há uma explicação sobre o que são alimentos transgênicos, e abordam-se apenas os possíveis riscos de seu consumo, mencionando o decreto que regulamenta a obrigatoriedade de informação nos rótulos de alimentos sobre sua presença. Se transgênicos são citados em vista da questão de saudabilidade dos alimentos, por que não apontar o uso de agrotóxicos?

O texto discute, por último, a rotulagem de alimentos, mas menciona somente a importância da interpretação dos rótulos para a promoção de escolhas saudáveis e apresenta uma figura como modelo de tabela de informação nutricional. Sobre este tema, o Caderno de Atividades sugere a *Atividade 9 – O que os rótulos de alimentos estão dizendo?*, na qual os participantes devem trazer rótulos de alimentos consumidos em suas casas, devendo o condutor trabalhar os itens da rotulagem nutricional com os mesmos.

Diversos estudos e pesquisas²⁴⁻²⁶ têm destacado a importância da rotulagem nutricional dos alimentos para a promoção da alimentação saudável, notando-se o crescimento da demanda da sociedade por informações confiáveis. Além de beneficiar o consumidor, a padronização da rotulagem de alimentos também objetiva evitar obstáculos técnicos no comércio de produtos entre países.²⁷

A rotulagem dos alimentos auxilia os consumidores no processo de escolha dos alimentos,²⁴ principalmente para os casos de indivíduos cujas patologias apresentam restrições de nutrientes, sendo importante sua interpretação adequada para esta escolha. O *Guia Alimentar para a População Brasileira*, por exemplo, indica a leitura da lista de ingredientes nos rótulos como forma de identificar se um alimento é ultraprocessado, uma vez que este tipo de alimento deve ser evitado.⁵

Em estudo realizado em dois supermercados de um município de São Paulo observou-se, no entanto, que a maioria dos consumidores não considerava a informação nutricional importante e têm dificuldade no uso e compreensão do conteúdo dos rótulos de alimentos.²⁵ Outro estudo, realizado no município de Niterói-RJ, concluiu que as informações contidas nos rótulos de alimentos frequentemente geravam dúvidas, descrédito e insatisfação nos consumidores.²⁶

O Capítulo II do Caderno Teórico trata da alimentação nos diferentes ciclos de vida, contendo uma primeira parte em que aborda a *Alimentação na infância*. O tópico traz uma breve introdução sobre a importância das práticas alimentares para o desenvolvimento da criança e, em seguida, aborda o aleitamento materno, a alimentação complementar e as práticas alimentares saudáveis após os seis meses de idade. Sobre o aleitamento materno, abrange sua importância e vantagens para o bebê, a mãe e a família, e também menciona a lei que garante o direito de amamentar da mãe, por meio de um texto de três parágrafos e dois quadros.

A este respeito, o Caderno de Atividades sugere a **Atividade 2 - Amamentação**, propondo um debate com gestantes, nutrizes e familiares acerca das vantagens do aleitamento materno e sua importância. Caso sejam necessárias informações específicas sobre a amamentação, sugere buscar parcerias com outros serviços para aprofundamento do tema e/ou encaminhamento da família à rede de saúde. Portanto, o conteúdo teórico fornecido limita-se a aspectos gerais do aleitamento materno, não sendo suficiente para o esclarecimento de possíveis dúvidas que surjam por parte do condutor da atividade e/ou dos participantes.

Com relação à alimentação complementar, apresenta orientações gerais de como deveria ser a introdução de alimentos após os seis meses de idade, com informações superficiais que não permitem o esclarecimento adequado ao leitor e sem citar as referências utilizadas. Menciona ainda que orientações específicas sobre a quantidade e o número de refeições por dia podem ser obtidas nos serviços de saúde.

Sobre este tema, o Caderno de Atividades propõe a **Atividade 3 – Cuidando da alimentação das crianças em 10 passos**, que preconiza a discussão com as famílias sobre os “Dez passos para uma Alimentação Saudável” contidos no Guia Alimentar para menores de dois anos, elaborado pelo Ministério da Saúde. Os “Dez passos” não são mencionados no Caderno Teórico, sendo possível que o condutor não saiba interpretá-los na sua integralidade para conduzir de forma adequada a atividade. Novamente é sugerida a busca de parcerias e/ou o encaminhamento das famílias para a rede de saúde para esclarecimento de dúvidas específicas.

A segunda parte do Capítulo 2 aborda a *Alimentação na adolescência*. O texto de uma página caracteriza as mudanças físicas e comportamentais desta fase, influências nas escolhas alimentares e pontos a observar nas ações desenvolvidas com esse público. Não trata de necessidades alimentares específicas desta faixa etária.

Para trabalhar com os adolescentes, o Caderno de Atividades sugere a **Atividade 8 – A influência da propaganda de alimento sobre a escolha alimentar**. Na orientação, o condutor deve apresentar as propagandas aos participantes e depois iniciar a discussão, colocando algumas questões. Para Freire,¹⁵ a problematização da realidade leva ao processo de crítica, a qual leva os indivíduos a conscientização gerando mudança no agir.

A regulamentação da publicidade tem sido debatida, uma vez que evidências indicam a influência da mídia televisiva sobre as preferências alimentares.²⁸ Em estudo realizado por García & Diez,²⁹ observou-se que as estratégias utilizadas pela publicidade de alimentos usam artifícios aos quais crianças e adolescentes são sensíveis, como músicas alegres, personagens de desenhos, cores vivas e associação do alimento com êxito social. A maioria dos comerciais veiculados nos canais de televisão aberta, tanto no Brasil como em outros países, refere-se a alimentos ricos em gordura, açúcar e sal,³⁰ que influenciam no aumento do consumo dos mesmos e, conseqüentemente, nos índices de excesso de peso.

O texto referente à *Alimentação na fase adulta* dispõe brevemente sobre a transição nutricional que vem ocorrendo na população brasileira, alterações no padrão alimentar que estão gerando aumento do excesso de peso e doenças crônicas não transmissíveis, mencionando que a alimentação adequada é fundamental. Não aborda questões específicas sobre hábitos alimentares adequados para a faixa etária. Sugere como material de apoio o *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

A segunda edição do *Guia Alimentar para a População Brasileira*⁵ tem enfoque no consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados como base da alimentação, uso moderado de sal, açúcar e gordura no preparo dos alimentos, consumo limitado de alimentos processados e orienta que alimentos ultraprocessados sejam evitados. Também orienta acerca da combinação adequada dos alimentos, a importância do ato de comer, possíveis obstáculos ao tipo de alimentação proposta e como os mesmos podem ser superados.

A última parte aborda a *Alimentação da pessoa idosa*, mencionando mudanças decorrentes do processo de envelhecimento que podem influenciar na alimentação dos idosos. Afirma-se que a Educação Alimentar e Nutricional para esta faixa etária pode ser baseada na promoção do envelhecimento ativo e saudável para promoção da qualidade de vida, alimentação adequada e convivência social.

Em geral, todos os textos referentes à alimentação nos ciclos de vida são curtos, com em média uma página cada. Percebe-se que, dependendo da ação de Educação Alimentar e Nutricional que venha a ser realizada pela equipe, o conteúdo apresentado pode ser insuficiente para embasar a execução da atividade e para a compreensão sobre o assunto por parte do condutor, sobretudo se não tiver capacitação prévia sobre o tema em questão.

Ao final de cada texto, há sugestões de temas a serem trabalhados com o grupo etário. Como muitos dos temas sugeridos não são abordados no Caderno Teórico, seria necessário buscar informações em outras fontes. O texto sugere a busca de parcerias com outros serviços, como saúde e educação, para a abordagem de temas específicos, ou seja, na maioria dos temas essa procura pode ser necessária caso não faça parte da equipe um profissional capacitado.

A sugestão de temas predeterminados contraria o conceito de Educação Alimentar e Nutricional adotado no que se refere à *promoção de prática autônoma e voluntária*, pois os mesmos podem não ser a demanda de determinada população. Segundo Freire,¹⁵ para que a prática educativa seja libertadora e gere autonomia, antes do planejamento de ações é necessário que haja diálogo com o público-alvo para investigação do “universo temático”, ou seja, das demandas e realidade social existentes na vida e no pensamento dos participantes. Segundo o autor, “*educação autêntica não se faz de ‘A’ para ‘B’ ou de ‘A’ sobre ‘B’, mas de ‘A’ com ‘B’*”.

Ao longo do Caderno Teórico, diversos *links* de *sites* para busca de mais informações são sugeridos, sendo necessário haver, portanto, interesse por parte do profissional em acessar esses conteúdos. Segundo Boog,³¹ a problematização da realidade, análise crítica e reflexão sobre problemas e desafios não ocorrem ao se obter informações da internet, sendo necessária a mediação de um docente com prática educativa libertadora para se alcançar essa compreensão.

Além das atividades já mencionadas, o Caderno de Atividades sugere outras cinco atividades. **A Atividade 4 – De onde vêm os alimentos?** Consiste em trabalhar a origem dos alimentos com os participantes, por meio de um debate com o uso de embalagens de alimentos e alimentos *in natura*, com foco na valorização dos alimentos produzidos na região. Pensando na condução do debate proposto, seria importante que o condutor da atividade tivesse um conhecimento mínimo sobre o processo produtivo, a composição de alimentos industrializados/processados e a produção local para ter embasamento para esclarecimento de possíveis dúvidas sobre a origem de determinados alimentos, o grau de processamento e a presença de aditivos. O Caderno Teórico não traz estas

informações, sendo necessário buscar em outras fontes caso o condutor não se sinta preparado para abordar a temática.

A **Atividade 5 – Era uma vez e a Atividade 10 – Colcha de retalhos** propõem ações parecidas, sendo a primeira direcionada a várias faixas etárias, e a segunda, aos idosos. Ambas objetivam o resgate da cultura e hábitos alimentares locais por meio de relatos de pessoas mais velhas sobre as mudanças ocorridas na alimentação, com posterior representação das histórias contadas em textos, desenhos etc. Se as atividades, de fato, objetivarem o resgate da cultura alimentar, sem realizar debates sobre a natureza saudável ou não dos hábitos citados, ambas podem ser facilmente conduzidas por um profissional que não tenha conhecimento prévio a respeito.

A **Atividade 6 – Conhecendo a produção local** sugere a realização de visita a propriedades agrícolas, agroindústrias, feiras, centrais de abastecimento, entre outros, com o objetivo de conhecer a produção local, com posterior construção de mural com fotos e discussão sobre o que foi observado no passeio. Esta atividade também não requer capacitação prévia do condutor, a menos que envolva uso de conceitos referentes a hábitos alimentares saudáveis e composição dos alimentos no debate. Porém, observa-se a necessidade de recursos para operacionalização da atividade, bem como elaboração de roteiro da visita, pontos não abordados no Caderno de Atividades e que, se não previstos, podem impossibilitar sua execução.

E por fim, na **Atividade 7 – Descobrimos os alimentos por meio dos sentidos**, é proposta uma ação com crianças, consistindo basicamente na degustação de frutas da região, em que elas devem ter os olhos vendados para que descubram qual a fruta oferecida por meio do paladar, olfato e tato. Como o objetivo da atividade é apenas promover o contato do público-alvo com novos alimentos, é dispensável que o condutor tenha conhecimento prévio sobre alimentação e nutrição, exceto se houver utilização do momento para informar sobre as propriedades nutricionais de cada alimento.

Em linhas gerais, o que se pôde perceber é que, embora o conceito e as diretrizes preconizados no Caderno Teórico mencionem a promoção da autonomia e a participação ativa dos indivíduos nas ações de Educação Alimentar e Nutricional, na prática, na forma como as atividades são propostas, elas não se adéquam ao pressuposto. A ausência de definição implícita de uma base teórico-metodológica no texto para direcionar a prática educativa das ações dificulta a compreensão e a execução do que é proposto, podendo levar a interpretações diversas por parte dos executores.

Estudo realizado por Santos¹⁹ verificou que, apesar da preocupação crescente com as bases teórico-metodológicas para as ações de EAN, muitas delas com alusão a Paulo Freire e à educação popular, as mesmas situam-se em modelos tradicionais baseados na transmissão de informações, prevalecendo técnicas como palestras e produção de materiais informativos, entre outros. Também se observou que a Educação Alimentar e Nutricional tem sido alvo de debates para sua concepção como ação governamental, mas há um hiato entre a formulação das políticas públicas e as ações executadas em nível local.

Estrutura e redação

Os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional voltados para os serviços socioassistenciais estão divididos em dois volumes: um Caderno Teórico e um Caderno de Atividades.^{11,12}

O Caderno Teórico apresenta dois capítulos: o primeiro abrange conceitos e princípios para a execução das ações de educação alimentar e nutricional, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. O segundo capítulo apresenta informações sobre a abordagem nos diferentes ciclos de vida (criança, adolescente, adulto e idoso).

O Caderno de Atividades traz sugestões de atividades de educação alimentar e nutricional a serem executadas nos serviços socioassistenciais, algumas voltadas a todas as faixas etárias, e outras destinadas a faixas etárias específicas.

Analisando o Caderno Teórico do ponto de vista da redação, observaram-se falhas com relação à norma escrita, com erros de pontuação e concordância, ou ainda frases incompreensíveis (ex.: página 29, no primeiro parágrafo, “...restrito àquele adicionado às papas principal Não é recomendado que sejam oferecidos...”, e no terceiro, “Oferecer alimentos fontes desses nutrientes auxilia na prevenção dessas da hipovitaminose A e anemia ferropriva.”).

Outro exemplo encontra-se na página 22, segundo parágrafo, em que o texto não era claro:

[...] Nesse sentido, combina-se proteção do direito ambiental e do consumidor, com destaque para a responsabilidade ambiental do fornecedor e do produtor pelo fato do produto, o princípio da informação e rotulagem de produtos, como mecanismos de proteção ao meio ambiente e a saúde do consumidor.

Segundo Soares,³² o uso impróprio do idioma na redação de qualquer tipo de texto degrada o redator e a instituição representada, além de tornar de difícil compreensão a informação que se quer transmitir.

Com relação às referências utilizadas, verificou-se que há trechos de textos e textos inteiros não referenciados, como observado, por exemplo, no capítulo 1, nas páginas 11 a 16. O texto relativo aos Princípios das Ações de Educação Alimentar e Nutricional encontrado no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas¹⁰ é transcrito quase em sua totalidade. Há apenas uma menção no primeiro parágrafo deste item sobre o Marco em Educação Alimentar e Nutricional, e não consta a referência nas páginas seguintes, nem ao final na seção de referências bibliográficas.

Do mesmo modo, o capítulo 2 se inicia na página 25, porém, somente na página 31 apareceu a primeira referência do texto, ou seja, apenas na sétima página do capítulo. Além disso, ao menos dez referências citadas no texto e nas figuras não estão discriminadas ao final: Burity et al., 2010

(p. 8); Kepple, 2010 e CONSEA, 2010 (figura, p. 9); Brasil, 2009a (p. 13); Diez-Garcia; Castro, 2010 (p.14); Monteiro et al., 2010 (p. 21); Leite et al., 2012 (p. 21); Brasil, 2005 (figura, p. 24); Levy-Costa et al., 2005 (p. 32); e Brasil, 2003 (p. 34).

O Caderno de Atividades menciona apenas três referências que não são citadas no final, uma vez que não há seção de referências bibliográficas neste caderno.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas,³³ referência é o conjunto de elementos descritivos retirados de um documento que permite sua identificação individual. As referências devem ser relacionadas em lista própria, com a inclusão de todas as fontes efetivamente usadas na elaboração do trabalho.³⁴ Portanto, nos Cadernos em questão, o emprego das referências não está de acordo com o preconizado.

Responsabilidade pelas ações de Educação Alimentar e Nutricional

Ao longo do texto, os Cadernos caracterizam a Educação Alimentar e Nutricional como prática multiprofissional e mencionam que as ações neste sentido seriam realizadas pela equipe técnica dos serviços socioassistenciais. Em nenhum momento é mencionado qual profissional deve ser responsável pela execução das ações. Corrobora, assim, a orientação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas, segundo a qual o nutricionista só será chamado a responsabilizar-se por EAN como recurso terapêutico, ou seja, para indivíduos ou grupos com alguma patologia ou agravado.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social considera como integrantes das equipes de referência dos serviços socioassistenciais os assistentes sociais, psicólogos e técnicos de nível médio, não estando prevista a participação do nutricionista.³⁵ Não sendo reconhecida a atividade deste profissional no segmento da assistência social, sua presença nos serviços socioassistenciais torna-se pouco comum. Sabe-se, no entanto, que o nutricionista também atua na rede socioassistencial. É comum a oferta de refeições em diversos serviços, ficando esse profissional restrito à prática de unidades de alimentação e nutrição como responsável pela execução das refeições desses locais.

Um ponto que pode ocasionar a não inserção do nutricionista na rede de assistência social são os currículos dos cursos de graduação em Nutrição, que muitas vezes oferecem disciplinas voltadas à saúde pública, com conteúdos vagos e/ou focadas apenas nas políticas de saúde. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Nutrição dispõem, no artigo 5º, parágrafo único, que a formação do nutricionista, em termos de necessidades sociais de saúde, deve ter enfoque no Sistema Único de Saúde (SUS).³⁶ Desta forma, tais diretrizes podem ter se pautado em uma visão limitada dos campos de atuação do nutricionista, vez que o foco no SUS leva o nutricionista a reconhecer-se como profissional da saúde apenas nessa política pública.³⁷

Para que o nutricionista e outros profissionais realizem ações de educação, seja alimentar e nutricional ou outras ações socioeducativas, como previsto no Sistema Único de Assistência Social, a competência como educador deve ser desenvolvida. É necessário preparo para desenvolver uma prática educativa como proposto por Freire. Para fazer diferença, precisa-se de uma leitura de mundo que permita planejar com a comunidade/grupo com quem vai trabalhar. Planejamento que, coletivo e participativo, parta dessa realidade. É daí que podem nascer temas geradores com sentido e que possam vir a fazer a diferença, vendo possibilidades, criando estratégias.

Bayer,³⁸ em estudo sobre educação nutricional realizado com 22 educadores sociais que atuavam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Novo Hamburgo-RS, constatou que 55% dos entrevistados tinham dúvidas sobre conhecimentos específicos de nutrição e gostariam de receber mais capacitação sobre o tema. O resultado pode ser verificado ao aplicar questões específicas sobre conhecimentos em nutrição, em que das oito questões aplicadas, cinco tiveram 50% das respostas incorretas. O autor também observou poucas sugestões de atividades sobre EAN para realização com os grupos, demonstrando a dificuldade dos entrevistados em desenvolver o tema.

Considerações Finais

A EAN configura importante estratégia para promoção da saúde e que vem sendo incluída em políticas públicas brasileiras de diversas áreas. No campo da assistência social, ações educativas para este fim podem e devem ser trabalhadas nos serviços socioassistenciais, uma vez que estes são espaços para consecução de direitos dos indivíduos.

Analisando os Cadernos orientadores para os serviços socioassistenciais à luz de Paulo Freire, verifica-se que, embora mencionem conceitos e princípios para a promoção da autonomia dos indivíduos, na prática as atividades caracterizam-se como o modelo de transmissão de conhecimento típico da “concepção bancária”, em que o educador “deposita informações” no educando. Os cadernos também apresentam falhas em sua redação, na inserção de referências e se apresentam sem autoria, pontos que podem afetar a credibilidade da publicação.

A não indicação do profissional responsável pela execução das ações cria precedente para que ninguém tome para si esta tarefa e/ou para que profissionais não habilitados realizem as ações da forma que entenderem adequada, o que implica ações sem eficácia.

A inserção do nutricionista nos serviços socioassistenciais facilitaria a inclusão do processo de Educação Alimentar e Nutricional e de outras ações dos serviços, desde que este profissional também tenha bases teórico-metodológicas bem definidas e receba condições adequadas ao exercício de seu trabalho. Destaca-se também a importância da inclusão do tema “Sistema Único de Assistência Social” nos cursos de graduação em Nutrição.

A publicação de orientações para implementação do processo de Educação Alimentar e Nutricional é de fundamental importância para auxiliar os profissionais em sua atuação junto à população. Porém, também é crucial que tenham uma fundamentação teórico-metodológica clara e concisa, visando a ações que, de fato, contribuam para a mudança autônoma e voluntária do comportamento alimentar.

Colaboradores

Todos os autores trabalharam em todas as etapas do estudo, desde a concepção até a revisão da versão final do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

1. Zancul MS, Oliveira JED. Considerações sobre ações atuais de educação alimentar e nutricional para adolescentes. *Aliment Nutr.* 2007; 18(2):223-227.
2. Diez-Garcia RW. Um enfoque simbólico do comer e da comida nas doenças. *Rev Nutr PUCAMP* 1992; 5(1):70-80.
3. Diez-Garcia RW. Mudanças alimentares: implicações práticas, teóricas e metodológicas. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM. *Mudanças alimentares e educação nutricional.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2012. p. 3-17.
4. Maciel ME, Castro HC. A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde* 2013; 8(Supl. 1):321-328.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira.* Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
6. Kraemer FB, Prado SD, Ferreira FR, Carvalho MCVS. O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis: Rev Saúde Coletiva* 2014; 24(4):1337-1359.
7. World Health Organization. *Milestones in health promotion: statements from global conferences.* Geneva: WHO; 2009.
8. Contento IR. *Nutrition education: linking theory, research and practice.* 2 ed. Sudbury: Jones & Bartlett Publishers; 2011. 441 p.
9. Boog MCF. Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar. *Saúde Rev.* 2004; 6(13):17-23.
10. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.* Brasília: MDS; 2012.

11. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno teórico. Educação alimentar e nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília: MDS; 2014.
12. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de atividades. Educação alimentar e nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília: MDS; 2014.
13. Brasil. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União 07 jul. 2011; Seção 1:1.
14. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma operacional básica da Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília: MDS; 2005.
15. Freire P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987. 934 p.
16. Godoy AS. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Rev Adm Empres. 1995; 35(3):20-29.
17. Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Laperrière A, Mayer R, Pires AP. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4 ed. Petrópolis: Vozes; 2014. 464 p.
18. Andreola BA. Interdisciplinariedade na obra de Freire: uma pedagogia da simbiogênese e da solidariedade. In: Streck DR, organizador. Paulo Freire: ética, utopia e educação. Petrópolis: Vozes; 1999. p. 67-94.
19. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Cienc Saúde Coletiva 2012; 17(2):453-462.
20. Lima ES, Carlotto CM. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. Emancipação 2009; 9(1):127-139.
21. Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União 25 nov 2009; Seção 1(225):1-47.
22. Santos LAS. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Rev Nutr. 2005; 18(5):681-692.
23. Rodrigues JMS. A intersetorialidade entre políticas públicas de saúde e de assistência social pós constituição brasileira de 1988. V Jornada Internacional de Políticas Públicas; 23-26 ago. 2011; São Luís.
24. Machado SS, Santos FO, Albinati FL, Santos LPR. Comportamento dos consumidores com relação à leitura de rótulos de produtos alimentícios. Aliment Nutr. 2006; 17(1):97-103.
25. Bendino NI, Popolim WD, Oliveira CRA. Avaliação do conhecimento e dificuldades de consumidores frequentadores de supermercado convencional em relação à rotulagem de alimentos e informação nutricional. J Health Sci Inst. 2012; 30(3):261-265.
26. Marins BR, Jacob SC, Peres F. Avaliação qualitativa do hábito de leitura e entendimento: recepção das informações de produtos alimentícios. Ciênc Tecnol Aliment. 2008; 28(3):579-585.
27. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação às indústrias de alimentos. 2ª versão. Brasília: Ministério da Saúde, Anvisa, Universidade de Brasília; 2005.

28. Henriques P, Sally EO, Burlandy L, Beiler RM. Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde. *Ciênc Saúde Coletiva* 2012; 17(2):481-490.
29. García RAM, Díez FJF. Publicidad y alimentación: influencia de los anuncios gráficos en las pautas alimentarias de infancia y adolescência. *Nutr Hosp.* 2009; 24(3):318-325.
30. Moura NC. Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. *Segurança Alimentar e Nutricional* 2010; 17(1):113-122.
31. Boog MCF. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Rev Ciênc Saúde* 2008; 1(1):33-42.
32. Soares MCS. Reflexões e orientações sobre a produção de textos científicos. *Rev Univap* 2011; 17(30):81-99.
33. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023 - Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT; 2002. 24 p.
34. Silva NF. Guia para elaboração de referências bibliográficas: fontes impressas e eletrônicas. Divinópolis: Biblioteca Prof. Nicolaas Gerardus Plasschaert; 2012. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/files/GuiaReferenciaBibliografica2012.pdf>
35. Brasil. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS; 2006.
36. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 5 de 7 de novembro de 2001. Diário Oficial da União 9 nov. 2001; Seção 1:39.
37. Soares NT, Aguiar AC. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. *Rev Nutri.* 2010; 23(5):895-905.
38. Bayer SR. Educação nutricional em Centros de Referência em Assistência Social [Monografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2012.

Recebido: 05/05/2017

Revisado: 14/07/2017

Aceito: 30/09/2017

